

Os donos de Portugal e os seus lacaios

06-Dec-2010

Opinião

Texto de Carlos Vieira e Castro

Na passada quinta-feira, foi a votos na Assembleia da República o projecto-lei do PCP sobre a tributação da antecipação dos dividendos em 21,5%, a taxa prevista no Orçamento de Estado para 2011, a que algumas grandes empresas, como a PT, a Portucel e a Jerónimo Martins pretenderam fugir, antecipando para este ano a distribuição das mais-valias mobiliárias resultantes de operações bolsistas, que no caso da PT, com a venda da brasileira VIVO e espanhola Telefónica, lhe permitirão não pagar cerca de 1.100 milhões de euros de imposto. Face à intenção manifestada por alguns deputados do PS de votar a favor, o líder parlamentar, Francisco Assis, ameaçou demitir-se se não fosse respeitada a disciplina de voto. Ainda assim, Defensor de Moura votou a favor, os independentes Miguel Vale de Almeida e João Galamba abstiveram-se e, dos que votaram a favor, 13 apresentaram declaração de voto. Eis um extracto significativo da declaração de voto de António José Seguro: «Desistir da tributação de um imposto extraordinário sobre os dividendos antecipados contribui para aumentar as desigualdades sociais, num país que, já por si, apresenta um enorme fosso entre os mais ricos e os mais pobres. O que ficou decidido não corresponde à matriz do PS».

As bancadas do PSD e do CDS votaram ao lado do governo, com dois deputados do PSD a apresentarem declaração de voto, para acalmar consciências.

Dado que a matriz da direita está ao lado dos mais ricos e poderosos, também não me surpreendeu que PSD e CDS se tenham juntado ao PS de Sácrates e Assis para chumbar o projecto-lei do Bloco de Esquerda sobre a tributação, à taxa de 21,5%, das mais-valias bolsistas aplicável a entidades colectivas em sede de IRC e da eliminação de benefícios fiscais dos Fundos de Investimento Mobiliário, das Sociedades Gestoras de Participações Sociais e das sociedades e investidores de Capital de Risco, assim como das entidades e pessoas singulares não-residentes. A proposta do Bloco, recuperando uma recomendação da Direcção Geral de Contribuições e Impostos de 1990, introduzia o conceito de «directiva efectiva em território português», para prevenir que qualquer empresa financeira mudasse a sede para outro país para fugir ao fisco, ainda que o essencial da sua actividade se desenvolvesse em Portugal.

Já vai sendo tempo de os eleitores e, em particular os do distrito de Viseu, fazerem contas à utilidade de eleger deputados como os que no Parlamento se comportam como lacaios do poder económico.

A propósito, teve lugar na Livraria Bertrand, no Palácio de Gelo, em Viseu, no dia 27 de Novembro, a apresentação do livro «Os donos de Portugal: Cem anos de poder económico (1910-2010)», escrito por Jorge Costa, Luís Fazenda, Cecília Honório, Francisco Louçã e Fernando Rosas. Foi este último, professor catedrático e estudioso da História de Portugal no século XX, que no mês passado se fez substituir por Jorge Costa, no grupo parlamentar do Bloco de Esquerda, para se dedicar em exclusivo à vida académica, que veio fazer a apresentação do livro. O poder político, diz o historiador, tem sido dominado, nos últimos cem anos, por grandes grupos económico-financeiros, propriedade de famílias que se cruzam pelo matrimónio ou por cruzamentos de capital, e esta interpenetração das famílias faz com que, na prática, o poder económico esteja nas mãos de um mesmo clã. As famílias Mello, Ulrich, Espírito

Santo, Roquette, Pinto Basto, Champalimaud, Burnay, Van Zeller, e outros, foram casando-se entre elas e, acumulando capital e riquezas e beneficiando da protecção e das rendas do Estado, chegaram ao domínio de um terço do produto do país, aumentando as desigualdades entre ricos e pobres até ao escândalo actual.

Esta grande família, ou clã, que domina o poder político e assegura a sacrossanta estabilidade, isto é, a desigualdade social, com o neo-rotativismo entre PS e PSD, com o CDS aliando-se ora a um, ora a outro, na babugem do poder.

Para aumentar a ilusão de democracia e assegurar a fidelidade canina dos partidos do arco do poder, a família permite a ascensão social dos boys e girls que dão boas provas nas jotas e respectivos partidos; esses terão direito ao seu torrão de açúcar e poderão chegar a administrar as empresas do clã.

Significativo o facto, revelado no livro, de 1 em cada 5 dos ministros e dos secretários de Estado que tomaram todas as decisões sobre economia em 30 anos, ter passado pelo BCP e 1 em cada 10 pelo BES.

O livro "Os donos de Portugal" será uma boa prenda de Natal para quem tenha interesse em compreender o que torna esta crise, europeia e global, tão peculiar no nosso país, onde 12% da população activa, ou seja, mais de 500 mil trabalhadores estão em risco de pobreza; um quarto dos menores de 18 anos já está mesmo em situação de pobreza; e se o total dos pobres não ultrapassa os 20% da população é porque cerca de metade dos 600 mil desempregados ainda recebe subsídio de desemprego, o Rendimento Social de Inserção e outras transferências sociais do Estado, que, não sendo seguros e suficientes, servem de lenitivo para a fome e a miséria crescentes.

É tempo de exigirmos mais justiça social e fiscal para que não sejam os pobres a pagar a crise.

Carlos Vieira e Castro